

A temática dos povos tradicionais dentro do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento: convergências possíveis e produtos importantes

Nelson Russo de Moraes
Angélica Góis Morales
Alexandre de Castro Campos
Isaltina Santos da Costa Oliveira
Fernando da Cruz Souza

Como citar: MORAES, Nelson Russo de; MORALES, Angélica Góis; CAMPOS, Alexandre de Castro; OLIVEIRA, Isaltina Santos da Costa; SOUZA, Fernando da Cruz. A temática dos povos tradicionais dentro do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento: convergências possíveis e produtos importantes. *In:* LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; MORALES, Angélica Gois; SATOLO, Eduardo Guilherme; PIGATTO, Gessuir; MOREIRA, Fábio Mosso; MELO, Luana Fernandes (org.). **Agronegócio, desenvolvimento e a agenda 2030: contribuições interdisciplinares.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p. 297-320. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-534-6.p297-320>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 13

A temática dos povos tradicionais dentro do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento: convergências possíveis e produtos importantes

*Nelson Russo de MORAES*¹

*Angélica Góis MORALES*²

*Alexandre de Castro CAMPOS*³

*Isaltina Santos da Costa OLIVEIRA*⁴

*Fernando da Cruz SOUZA*⁵

¹ Departamento de Comunicação Social, Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Bauru, São Paulo, Brasil, e-mail: nelson.russo@unesp.br.

² Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia, Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Tupã, São Paulo, Brasil, e-mail: ag.morales@unesp.br.

³ Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD), Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Tupã, São Paulo, Brasil, e-mail: alexandre.c.campos@unesp.br.

⁴ Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD), Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Tupã, São Paulo, Brasil, e-mail: isaltina.costa@unesp.br

⁵ Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD), Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Tupã, São Paulo, Brasil, e-mail: fernando.cruz@unesp.br.

INTRODUÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD) tem trajetória recente, tendo sido criado em 2014, mas possui grandes enfrentamentos teóricos, que se impõem como estruturantes ao debate de sustentabilidade socioambiental, políticas públicas e direitos, têm sido conduzidos em suas pesquisas e ações de extensão universitária, gerando produtos muito importantes.

O PGAD, sediado na Faculdade de Ciências e Engenharia (FCE), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Câmpus de Tupã/São Paulo – SP, foi idealizado e gradativamente estruturado como um espaço formativo para mestres e doutores que, em sua trajetória de formação, pudessem tecer conhecimentos de modo crítico e contextualizado, para além do agronegócio, dentro do amplo debate acerca da ruralidade brasileira, da sustentabilidade, da cultura no espaço rural e das diversas interfaces – inclusive conflituosas e violentas – presentes neste cenário.

Oriundas dos debates próprios da Linha 2 do PGAD, intitulada “Desenvolvimento e Meio Ambiente”, a Sociologia Rural passou a ser encarada como fundamental aos estudos básicos, compondo parte importante da disciplina Abordagem Sistêmica do Agronegócio (ASA), disciplina obrigatória, de oferta anual, para todos os estudantes. No mesmo sentido, operacionalizou-se a disciplina Sociedade e Natureza, de oferta bianual, que, mesmo sendo optativa, assumiu a responsabilidade de contribuir para a promoção complexa e dialética do conhecimento sobre a relação entre os seres humanos e o meio onde vivem. Por fim, ainda foram ministradas, tendo elevada procura, as disciplinas optativas intituladas “Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas para Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais”, em 2020, e “Formação e transformações do espaço rural e dos territórios tradicionais no Brasil”, em 2021 (UNESP, 2023a).

No ano de 2015, alguns docentes do programa de pós-graduação iniciaram trabalhos voltados aos povos originários e comunidades tradicionais, incluindo tanto o âmbito acadêmico como o científico voltados à ruralidade brasileira, em específico junto aos indígenas, quilombolas, geraizeiros, ribeirinhos e tradicionais letos. O fizeram numa trilha que se replica em tantos outros programas, por meio de grupos de pesquisa e reunindo professores com atuação isolada em determinadas áreas.

Este capítulo tem como objetivo descrever como se estruturou a atuação do PGAD/UNESP Tupã nas pesquisas junto aos povos originários e às comunidades tradicionais. Assim, sendo clara a opção pela abordagem qualitativa e pela pesquisa do tipo descritiva, esta pesquisa apoiou-se nas técnicas de exploração bibliográfica e documental para a coleta de evidências, sendo ainda utilizada a historiografia como estratégia de pesquisa e também como técnica final de análise e organização das evidências coletadas (Martins; Theóphilo, 2009).

Este capítulo do Livro dedicado aos 10 anos do PGAD, narra de modo descritivo, a trilha que levou e conduz o programa de pós-graduação a convergir com as demandas dos povos originários e comunidades tradicionais, demarcando este território de produção de conhecimento científico ou, em palavras mais efusivas deste campo, “demarcar a terra”, fazendo-a território de saberes.

Outro aspecto central aos trabalhos do PGAD de modo geral, mas neste recorte apresentado como um capítulo, em específico, é a convergência com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS. Os estudos acerca dos povos tradicionais dentro do PGAD convergem de modo profundo com os ODS, em especial o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, uma vez que os diversos trabalhos de mestrado e doutorado abarcam temas que mantêm a sustentabilidade como pano de fundo. Outros ODS são referenciados em profundidade, na especificidade dos trabalhos, como o ODS 1, 2 e 11 quando são estudados temas sobre a pobreza, a fome e a desigualdade; ODS 6 quando a questão do acesso à água é destacada e o ODS 4, quando a educação básica é estudada com

profundidade, sempre em convergência com a seara de povos originários e comunidades tradicionais.

OS DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS DOS POVOS TRADICIONAIS

Os Ameríndios ou Povos Originários da América são descendentes de civilizações fortemente delimitadas pelos Maias, Incas e Astecas que, povoando as terras americanas, já se encontram no atual território brasileiro há mais de 10.000 anos. Os estudos mais aprofundados da Arqueologia no Brasil destacam a presença humana há muitos milhares de anos no sertão nordestino, nas chapadas das gerais, no alto Xingu e, em especial, nas planícies da bacia do rio Amazonas (Neves, 2006).

As gerações descendentes destes povos teriam se espalhado pelos planaltos e planícies, pelo litoral e rincões do atual território brasileiro formando, ao longo dos séculos e milênios, diferentes povos indígenas. Aportando-se à Boas (2004), entende-se que estes povos, dado o determinismo biológico e geográfico impostos sobre suas vidas, assim como pelo particularismo histórico de cada uma das comunidades, geraram uma imensa diversidade cultural e variedade étnica, que inclui os elementos próprios das particularidades linguísticas das mais de 300 etnias indígenas descritas, em tempos passados, por Curt Nimuendajú, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes (1972) e mesmo por Marechal Rondon.

Com base nos apontamentos documentados por Curt Nimuendajú em sua importante obra cartográfica intitulada: “Mapa Etno-Histórico do Brasil e Regiões Adjacentes”, em sua terceira versão, datada do ano de 1944, foram identificados aproximadamente 1400 povos indígenas no território brasileiro. As informações se referem a 974 referências bibliográficas (Emmerich; Leite, 1987). A partir de minuciosa pesquisa, “o mapa resume a bibliografia publicada até 1944” (Zarur, 1987, p. 33).

De acordo com os dados do Censo Demográfico de 2010, a diversidade de povos indígenas no Brasil se refere a 305 povos (Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE), 2012). Contemporaneamente, este mapa é constituído por 1.693.535 brasileiros indígenas, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2023). Este dado populacional corresponde a 0,83% da totalidade do país e, em comparativo com o Censo anterior, identificou-se um aumento de 88,82% na população indígena (Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), 2023). A ciência e a lei convergem na perspectiva de que todos os descendentes de indígenas, vivendo em terras indígenas ou nas cidades são povos indígenas e, então, povos originários do Brasil.

A Antropologia, em convergência com a Sociologia, pela obra de Carlos Rodrigues Brandão, intitulada “A Comunidade Tradicional”, publicada como capítulo de livro, traz a definição de comunidade de cultura total e de comunidade de cultura parcial, fundamentando noção angular ao conceito de povos originários e comunidades tradicionais (Brandão, 2015). Por um lado, à luz da Teoria da Sociabilidade de Ferdinand Tönnies (1855-1936) e da Teoria das Solidariedades de Émile Durkheim (1858-1917), seriam comunidades de cultura total aquelas que são autossuficientes para a busca dos requisitos próprios das dimensões de bem-estar (como traz, de modo detalhado, Amartya Sen em sua obra “Desenvolvimento como Liberdade”). Seriam as comunidades que não foram tocadas pelo modo de produção capitalista e que, autossuficientes, vivem numa perspectiva de mundo de comunismo tribal, conforme descreve o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Este era o *modus vivendi* (modo de vida) dos povos originários antes do processo de colonização iniciado em 1500 e ainda é a orientação de vida daqueles poucos grupos de indígenas isolados (Laraia, 2006).

Ainda em Brandão (2015), comunidades de cultura parcial são todas aquelas que, tocadas pelo modo de produção capitalista, perdem sua autossuficiência e inserem-se na perspectiva da interdependência, alterando profundamente suas culturas. Inúmeros processos de interação, cheios de fricção e violência entre povos orientados por diferentes cosmovisões e modos de compreender o mundo e as relações sociais, seriam úteis aqui para simbolizar esta ruptura, dentre estes, o aprisionamento de africanos

para serem escravizados na América, a catequização de crianças indígenas no Brasil Colônia ou mesmo a expropriação do acesso de quebradeiras de coco babaçu às zonas babaçuais para a coleta de frutos caídos ao chão.

O fato social aqui é que as comunidades de cultura total (autossuficientes para o seu bem-estar) passaram à condição de comunidades de cultura parcial (interdependentes para o seu bem-estar) e, com esta “aceleração evolutiva”, passam a coabitar na sociedade orientada pelo modo de produção capitalista, que orienta a vida às perspectivas do consumo, do individualismo e da fragmentação social, geralmente em ambientes urbanos, condominiais ou de extrema pobreza.

Contudo, mesmo quando os indígenas deixam de possuir as características próprias da comunidade de cultura total, não deixam de ser povos originários, conforme citado, ao passo que, quando as comunidades tradicionais são formadas pelos diversos percursos violentos da história, já são caracterizadas como comunidades de culturas parciais, pois já surgem com dependência do modo de produção capitalista. Neste sentido, no Brasil, são consideradas Comunidades Tradicionais, além dos indígenas: quilombolas, caiçaras, pescadores artesanais, ribeirinhos amazônicos, geraizeiros, pantaneiros, vazanteiros, povos de terreiro, povos de fundo de pastos, faxinalenses e quebradeiras de coco babaçu, dentre outros (Brasil, 2007; Vieira, 2014).

Importante notar que todos os povos indígenas são povos originários e também comunidades tradicionais, mas as comunidades tradicionais não são necessariamente povos originários (exceto indígenas ao caso brasileiro, ou tribais africanos ao caso de países da África, ou ainda os maoris neozelandeses). Por fim, toma-se a terminologia Povos Tradicionais para designar, de modo geral, os povos originários (indígenas, no caso brasileiro) e as comunidades tradicionais (quilombolas, caiçaras, geraizeiros, ribeirinhos amazônicos, dentre outros).

Para melhor apresentação da expressão quilombola no país, é importante destacar que, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, a população quilombola no território nacional totaliza 1.327.802,

representando 0,65% da população total do Brasil, identificando-se 494 territórios quilombolas, estes, formalmente reconhecidos. Acrescenta-se a informação de que somente 12,6% da população quilombola habita estes territórios demarcados (IBGE, 2023).

Além dos elementos internacionais consagrados pela Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), dos artigos específicos contidos na Constituição Federal do Brasil de 1988 (Brasil, 1988), são também importantes demarcadores legais, dentre outros, o Estatuto do Índio (Brasil, 1973) e o Decreto 6040 (Brasil, 2007), que tentam disciplinar as relações sociais e os direitos dos povos tradicionais.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, os Povos Tradicionais do Brasil, viveram momentos alternados de melhor e pior atendimento aos princípios legais, de acordo com a tônica de cada governo federal, mas também pelos desdobramentos efetivados pelos governos locais (estaduais, distrital e municipais). Neste sentido, de forma transversal à temporalidade dos governos, algumas organizações do terceiro setor conduziram excelentes trabalhos de acompanhamento e apoio a esses povos, dentre eles o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que publica anualmente o seu documento Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, que conta com amplo apoio acadêmico e legitimação da sociedade, inclusive das associações representativas dos povos indígenas (CIMI, 2023).

Os dados apresentados durante o período compreendido entre 2019 e 2022, indicam que os povos indígenas foram acometidos por diversas maneiras de violência. Acerca dos conflitos relativos aos direitos dos territórios, observou-se que “[...] houve o registro de 407 casos”. Consoante às “[...] invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio indígena, foram 1.133” (CIMI, 2022, p. 13). No contexto dos crimes contra o indivíduo, constatou-se “[...] 795 óbitos por omissão do poder público” e “[...] 3.552 crianças indígenas de até quatro anos de idade morreram nesse período” (CIMI, 2022, p. 13).

O Relatório do CIMI aponta que o ano de 2022 marcou o término de um período governamental caracterizado pelo agravamento da incidência de violência perpetrada contra as comunidades e territórios indígenas. Nessa gestão governamental, não houve demarcação de nenhuma terra indígena (CIMI, 2022).

Os povos indígenas têm lutado ao longo de décadas em defesa de seus direitos e da preservação de suas culturas e modos de vida. “Que os novos governantes busquem reparar o mal, garantindo aos povos indígenas seu direito fundamental à terra e aos seus modos de ser e viver nas diferenças” (CIMI, 2022, p. 11). Neste contexto, o projeto de lei 490 de 2007, tramitando atualmente como PL 2903 de 2023, que trata do marco temporal para a demarcação de terras indígenas, traz um retrocesso e fere os direitos dos povos indígenas em questão de justiça, já que a própria Constituição de 1988 garante aos povos indígenas o direito à terra.

Neste íterim, ao falar dos desafios socioambientais enfrentados pelos povos tradicionais, questiona-se o papel e a participação das universidades no diálogo e produção de conhecimentos acerca desses temas tão preciosos e delicados. Há muitos desafios postos, como as próprias ações afirmativas e seus desdobramentos na oferta de educação indígena que ainda carecem de melhorias, como apontam Freitas *et al.* (2022) e Santos e Cristofoli (2022). Tem-se a necessidade de fomentar um “desenho de política pública que garanta investimentos financeiros na permanência de estudantes nas universidades, a preparação de material didático e capacitação pessoal para lidar com a grande diversidade, em termos culturais”, como cita Freitas *et al.* (2022). Neste contexto, Santos e Cristofoli (2022) reforçam a necessidade de atuar no fomento de uma aproximação com os povos indígenas e tradicionais, considerando os propósitos da política e a realidade sociocultural da pluralidade dessas comunidades.

Neste contexto, o PGAD, por meio da linha de pesquisa Desenvolvimento e Meio Ambiente, somado aos grupos de pesquisa, vem desenvolvendo estudos no ambiente universitário, que serão abordados na próxima seção.

TRILHA DE ESTUDOS E PESQUISAS CONDUZIDAS

Em 2014, na FCE/UNESP Tupã, dois grupos de pesquisas se apoiaram e iniciaram estudos complementares: 1) o Grupo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental (PGEA)⁶, liderado pela Profa. Assoc. Angélica Góis Morales, no qual os grandes temas são as relações da sociedade com a natureza; e 2) o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (GEDGS)⁷, liderado pelo Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes, cujas temáticas incluem as diversas interfaces das relações sociais humanas. Ambos os grupos tratam importantes arenas para a produção de substrato acadêmico à tratativa da temática de povos tradicionais.

Nesses grupos, diversos estudantes de graduação e de ensino médio ingressaram como bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Extensão Universitária, ao lado de outros membros da comunidade acadêmica, interessados na temática. Destaca-se como sendo de alta relevância esta informação, pois nenhuma disciplina foi ministrada, orientação conduzida, ação de pesquisa ou de extensão executada, sem que houvesse um amplo trabalho lastreador de estudos e de articulação social e política com os ambientes exteriores à universidade.

Em 2017, foram iniciadas as duas primeiras pesquisas de mestrado, no âmbito do PGAD/UNESP Tupã, sob orientação do Prof. Nelson Russo de Moraes, as quais voltaram-se aos povos tradicionais, ambas sendo concluídas, com a defesa pública da dissertação, em 2019. Em uma delas, intitulada “Análise dos impactos sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaraí/Tocantins - TO)”, Alexandre de Castro

⁶ Grupo de pesquisa que emerge da interação de vários pesquisadores e que tem o objetivo de refletir o processo da gestão e educação ambiental em vários contextos, possibilitando conexões, trocas, planejamento e execução de projetos de pesquisa e de extensão. Neste processo colaborativo, destaca-se a Sala Verde Rede de Educação Ambiental da Alta Paulista –REAP (Unesp, 2023).

⁷ Possui característica interdisciplinar, tendo por finalidade a construção de conhecimentos contributivos para a resolução dos desafios enfrentados pela sociedade contemporânea, sobretudo pela promoção de estudos, pesquisa e extensão alinhados a temáticas específicas. Dentre as importantes atuações do GEDGS, destaca-se a Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais (RedeCT) (Unesp, 2023).

Campos estudou a história, as características, o *modus vivendi* e as relações sociais daquela comunidade, articulando-a com os elementos legitimadores do “mundo geraizeiro” (Ribeiro, 2015; Dayrell, 1998; Nogueira, 2009). A dissertação de Campos (2019), fundamentou-se na teoria do sociólogo Ferdinand Tönnies e se debruçou sobre sociabilidade e a transição de modelos agrícolas tradicionais para a agroecologia, explorando estes conceitos teóricos. Campos (2019) discute o contexto socioeconômico e ambiental das comunidades tradicionais brasileiras, ressaltando a importância da agroecologia como uma alternativa sustentável à agricultura intensiva.

Já a pesquisa intitulada “Política pública indigenista brasileira: análise das transformações a partir do estudo de caso da aldeia indígena Vanuíre (Arco Íris/SP)”, conduzida por Ariane Taísa de Lima, tratou de revisitar as transformações das políticas públicas indigenistas no Brasil, desde a colônia até a contemporaneidade, culminando com a descrição de como são os atendimentos feitos pelo Estado na Terra Indígena Vanuíre, onde coabitam, principalmente, indígenas das etnias Kaingang, Krenak e Terena, nas áreas de educação, saúde, assistência social e direito à terra (Ribeiro, 1979; Lima, 2019). Evidenciando os desafios presentes, Lima (2019) conclui ser urgente que as políticas promovam os direitos e o desenvolvimento sustentável das comunidades indígenas, respeitando suas culturas e identidades únicas.

Também sob a orientação do Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes, em 2018 iniciou-se a pesquisa de mestrado de Cláudio Antônio Tavares, intitulada “Cooperativismo como modelo organizacional e instrumento de geração de renda para as comunidades tradicionais”, que teve defesa pública da dissertação em 2020. O trabalho foi dedicado aos estudos sobre os modelos organizacionais juridicamente disponíveis no Brasil e a sua aproximação às necessidades de representação política de moradores e de melhor competitividade de mercado dos produtos da Comunidade Tradicional de Letos do Distrito de Varpa em Tupã/SP (Pinho, 2003; Tavares, 2020). Tavares (2020) investigou o associativismo e o cooperativismo enquanto modelos organizacionais já experimentados pela referida comunidade

tradicional, examinando os desafios, benefícios e características distintas desse modelo organizacional.

No período de 2018 a 2020, sob a orientação do mesmo professor, a pesquisa de mestrado de Valdemir Garcia Neto Melo, intitulada “Do global ao tradicional: o uso da água para o consumo humano em uma comunidade tradicional amazônica” levou o PGAD mais uma vez à Amazônia Legal Brasileira, especificamente à Comunidade Tradicional Ribeirinha do Povoado do Senhor do Bonfim, localizado às margens do rio Piranha, bacia do rio Araguaia, em Araguacema/TO. Os trabalhos iniciaram-se pelo demarcador internacional dos direitos humanos de acesso à água potável – *Guidelines for Drinking Water Quality* (GDWQ) – ao qual o Brasil é signatário e reproduz o direito por meio de sua Constituição Federal. Em campo, a pesquisa realizou entrevistas, levantamento de dados fotográficos e duas análises da água distribuída e consumida pelos moradores da comunidade. Os resultados do trabalho indicaram cientificamente a baixa qualidade da água, especialmente pela brusca oscilação de cloro (lançado diretamente nas caixas d’água coletivas) e a presença de sedimentos de diversas naturezas. Por fim, a dissertação, como de costume nos trabalhos deste alinhamento, apresentou o conjunto de características históricas e sociais que fazem do Senhor do Bonfim (de Araguacema/TO) uma comunidade tradicional de ribeirinhos (Melo, 2020; Brasil, 2007; World Health Organization (WHO), 2017). Dadas tais condições, Melo (2020) expõe a necessidade de investimento em sistemas de abastecimento de água e saneamento para povos tradicionais para que assim a saúde pública possa também melhorar.

Em 2019, foram iniciadas quatro novas pesquisas de mestrado dentro do campo de povos tradicionais. O Prof. Assoc. Renato Dias Baptista orientou o trabalho de Laís de Carvalho Pechula, intitulado “Conflitos em territórios indígenas: uma análise a partir das transformações dos direitos territoriais dos povos indígenas”, com defesa pública em 2021, que, sob um olhar interdisciplinar entre as áreas Social e do Direito, apresentou o resgate da conflitualidade prática e os desdobramentos da pacificação jurídica para a questão de terras indígenas no Brasil (Brasil, 1988; FUNAI,

2013; Pechula, 2022). A análise de Pechula (2022) abrange os direitos territoriais indígenas no Brasil a partir de suas transformações históricas, aplicabilidade e conflitos associados. Para esta finalidade, utiliza métodos qualitativos e diversas fontes de dados para analisar as transformações e os conflitos em torno de tais direitos, com o objetivo de contribuir para a promoção da paz, justiça e desenvolvimento sustentável. Pechula realiza uma discussão sobre a construção da identidade étnica de povos indígenas e sobre a importância das garantias constitucionais em face da crescente violência, em especial, na questão de demarcação e proteção de terras indígenas, ameaçadas pelo Projeto de Lei n. 490/2007 (atual Projeto de Lei n. 2903) e seu impacto sobre os direitos territoriais indígenas, especialmente no que se refere à teoria do “marco temporal”, contrário à Constituição de 1988 (Pechula, 2022). Conclui evocando o papel da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Ministério Público para a necessidade de medidas eficazes de preservação e aplicação plena dos direitos constitucionais para garantir a integridade das terras indígenas e o bem-estar das comunidades indígenas (Pechula, 2022).

A Profa. Assoc. Angélica Góis Morales orientou a então mestranda Valquíria Cristina Martins em sua pesquisa “Saberes e práticas socioambientais na Terra Indígena Vanuúre: compreensão do etnoconhecimento dos Grupos Kaingang e Krenak”, que trata sobre uma análise abrangente das práticas culturais e do conhecimento socioambiental dos grupos indígenas Kaingang e Krenak na Terra Indígena Vanuúre, com foco na agricultura, culinária e artesanato. Martins (2021) explora a história, a migração e a coexistência desses povos no mesmo território, ressaltando a importância da preservação da cultura indígena e de seus direitos em face de desafios como a colonização, deslocamento forçado e a pandemia da Covid-19. Para isso, utiliza conceitos teóricos sobre o multiculturalismo, interculturalidade e o papel das instituições culturais na promoção da preservação cultural e ambiental.

O estudo destaca o papel crucial do etnoconhecimento e das práticas sustentáveis na relação dessas comunidades com o meio ambiente e na preservação da biodiversidade, além de discutir as dificuldades enfrentadas

pelas comunidades na preservação de suas tradições. Martins (2021) considera que, em um mundo cada vez mais globalizado, torna-se cada vez mais importante o diálogo intercultural e a valorização do conhecimento indígena para a promoção da sustentabilidade e da diversidade cultural.

A então mestranda Karen Cristina Andrade Pereira, sob orientação da Profa. Assoc. Andréa Rossi Scalco conduziu a pesquisa “Influência do ambiente alimentar nos hábitos alimentares: contribuição de análise aos povos indígenas no Brasil”. Pereira (2021), destaca que as decisões alimentares são complexas por serem influenciadas por fatores sociais, culturais, econômicos e psicológicos, os quais são importantes na promoção de hábitos alimentares saudáveis. A análise se concentra em diversos aspectos do ambiente alimentar, incluindo disponibilidade de opções saudáveis, preços, promoções, informações nutricionais e sua relação com o comportamento alimentar. Inclui também os contextos domésticos de trabalho e escolar, e a influência destes nas escolhas alimentares. Para Pereira (2021), conhecer os aspectos mencionados se mostra importante para o enfrentamento da dupla carga de desnutrição e obesidade, em cujo cerne estão as trajetórias de vida e as experiências individuais na formação dos padrões dietéticos.

O estudo enfatiza a necessidade de políticas públicas que promovam ambientes alimentares saudáveis e acessíveis para comunidades indígenas, reconhecendo os desafios enfrentados por essas populações na busca por uma dieta nutritiva e culturalmente apropriada, levando-se em consideração que tais políticas geram implicações significativas para a promoção da saúde pública e o enfrentamento das questões de insegurança alimentar (Pereira, 2021).

Neste mesmo período o Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes orientou Cristiane Teixeira Bazílio Marchetti em sua pesquisa intitulada “Políticas públicas de educação para povos indígenas no Brasil: transformações conceituais e legais”. Marchetti (2021) estudou a educação indígena no contexto brasileiro, examinando sua transformação histórica, desafios e avanços. Para isso, utiliza como partida teórico as contribuições sociológicas, antropológicas e filosóficas, tais como, as de Marx, Weber e

Freire, as quais informam uma compreensão crítica dos desafios e processos envolvidos na educação indígena. Marchetti, delinea a transição de abordagens assimilacionistas e exploratórias no período colonial para um reconhecimento mais positivo dos direitos e da autonomia dos povos indígenas na Constituição de 1988. Dentro dos marcos legais e políticas públicas que influenciaram a educação indígena, inclui a criação de Territórios Etnoeducacionais, assim como os desafios enfrentados pelas escolas indígenas em termos de reconhecimento, recursos e infraestrutura; a necessidade de respeitar práticas alimentares indígenas nos programas de alimentação escolar; e de reconhecer e respeitar as culturas e línguas indígenas como parte integral da identidade brasileira. A partir de tal perspectiva, podem ser incluídas, de fato, as diferentes visões culturais dentro das culturas indígenas e o papel fundamental da participação e autonomia dos povos indígenas nas decisões educacionais.

Importante destacar que estes trabalhos, iniciados em 2019, e outros, que se encerraram até 2023, foram severamente impactados pela pandemia da Covid-19, inclusive com a inviabilização do ingresso em territórios tradicionais, da realização de pesquisas *in loco* e de diálogos que, em melhores circunstâncias, teriam sido realizados por meio de telefone ou internet.

Neste tempo pandêmico, Fernando da Cruz Souza, sob orientação do Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes, realizou pesquisa intitulada “Quebradeiras de coco babaçu: bem-estar humano na região do Bico do Papagaio, Tocantins”. Souza (2023) identificou as diversas dimensões do bem-estar humano em cenários rurais e tradicionais nas comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, na região do Bico do Papagaio, TO. Baseando-se na abordagem das capacidades, de Amartya Sen (2010), e na interseccionalidade das relações sociais, o autor enfatiza a interconexão de fatores sociais, econômicos e ambientais e seu impacto na vida de populações vulneráveis. São discutidos tanto o contexto histórico de formação das comunidades rurais e tradicionais, muitas vezes enraizado na exploração de recursos, como os desafios contemporâneos impostos pelas mudanças climáticas e pelo desmatamento (Souza, 2023).

Entre as privações enfrentadas pelas comunidades pesquisadas figuram o acesso limitado à educação, propriedade de terras e serviços básicos, ao mesmo tempo em que chamam atenção à resistência coletiva produzida pelas mulheres, que, por meio do capital social, apoiam-se em sua busca pelo bem-estar. Além disso, o conhecimento tradicional e a representação coletiva nessas comunidades são fatores críticos na manutenção das identidades culturais e na defesa da justiça social e ambiental para as quebradeiras. Diante de tal realidade, esta pesquisa enfatiza a necessidade de políticas e intervenções direcionadas que reconheçam as dimensões únicas do bem-estar em contextos rurais e tradicionais (Souza, 2023).

Por fim, ainda dentro do recorte histórico da pandemia, a então mestranda Isaltina Santos da Costa Oliveira, tendo também como orientador o Prof. Nelson Moraes, conduziu pesquisa intitulada: “Estudos sobre a Origem e a Atual Paisagem Social e Geográfica dos Povos Indígenas da Amazônia Tocantinense”. Oliveira (2023) aborda as complexas questões enfrentadas pelas comunidades indígenas na região, inclusive sob um processo histórico violento. A autora assinala o crescimento e o impacto avassalador dos conflitos em áreas rurais devido ao agronegócio, à mineração e à formação de latifúndios, os quais ocorrem em detrimento da essencialidade do território para culturas indígenas, que não o tem apenas como base para sua continuidade cultural, ambiental, social e econômica, mas também como um elemento fundamental de suas identidades. Destaca também o desmatamento, a colonização e as táticas de extermínio trágicas empregadas contra comunidades indígenas e profundas repercussões históricas de tais atos como entraves persistentes dos povos indígenas na garantia de seus direitos à terra, incluindo os complexos processos de demarcação. Indica a necessidade de pesquisas mais precisas e narrativas mais fidedignas para o melhor entendimento da história da formação dos atuais povos e culturas indígenas na região central do Brasil (Oliveira, 2023).

Em 2021, foram iniciadas as duas primeiras pesquisas de doutorado dentro da temática de povos originários e comunidades tradicionais, sendo uma dentro de uma comunidade geraizeira e outra dentro de uma comunidade quilombola, ambas da Amazônia Legal Brasileira. A primei-

ra é a pesquisa de doutorado de Alexandre de Castro Campos (ainda em curso, sob orientação da Profa. Assoc. Angélica Góis Morales, com defesa prevista para 2025), intitulada “Análise do *modus vivendi* e da sociabilidade de comunidades tradicionais frente aos impactos das mudanças climáticas globais: um estudo de caso da comunidade tradicional de geraizeiros da Matinha (Guaraí/TO)”. A segunda é a pesquisa de Ana Maria Barbosa Quiqueto (em curso, sob orientação do Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes, com defesa prevista para 2025), intitulada “Educação escolar quilombola frente às políticas públicas educacionais: os desafios e os impasses no meio rural”, a partir de um estudo na comunidade de Lajeado/ TO”.

O estudo dos violentos processos de colonização nos Estados Unidos e no Brasil a partir de duas obras clássicas é a pesquisa de mestrado de Luis Guilherme Costa Berti (iniciada em 2022, sob orientação do Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes), intitulada: “A comunicação da luta pela pachamama entre os povos originários e os colonizadores da América: análise das obras ‘Os índios e a civilização’ (Darcy Ribeiro, 1979) e ‘Enterrem meu coração na curva do rio’ (Brown, 2003)”.

Em 2023, duas novas doutorandas iniciaram suas pesquisas, contribuindo para a consolidação do campo de estudos dentro do PGAD/UNESP Tupã. Isaltina Santos da Costa Oliveira conduz, sob orientação do Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes, a pesquisa “Museus e indígenas: A importância do Museu Índia Vanuïre na comunicação histórica e cultural dos povos indígenas do Oeste Paulista” e Valquíria Cristina Martins, sob orientação da Prof. Angélica Morales, conduz a pesquisa “Compreensão do etnoconhecimento dos grupos Kaingang e Terena: Terra Indígena Icatu - Braúna/SP”.

Importante destacar que a robustez do campo em construção dentro do PGAD/UNESP Tupã fez reflexos sobre outras orientações colaterais, em outros programas, de seus docentes com participação em outros programas de pós-graduação. Assim, sob orientação, co-orientação ou colaboração do Prof. Assoc. Nelson Russo de Moraes, Bruno Ricardo Carvalho Pires produziu a dissertação “As mídias digitais e a perspectiva comunicacional da oralidade para a produção e reprodução do conhecimento tra-

dicional em comunidade quilombola: estudo da comunidade tradicional quilombola de Lajeado – Dianópolis – TO”; Marciley Alves Dias a dissertação “A influência do radiojornalismo em comunidades quilombolas” e, Laurenita Gualberto Pereira Alves produziu “Brincadequê: brinquedos e brincadeiras no Quilombo de Lajeado”, todas pela Universidade Federal de Tocantins (UFT).

PRODUTOS IMPORTANTES PRODUZIDOS

O primeiro produto é, em verdade, composto por diversas comunicações científicas. Todas as pesquisas desenvolvidas no âmbito do PGAD são oficialmente ligadas à trilha formativa de seus alunos, sendo de mestrado ou de doutorado. Neste sentido, cada uma das pesquisas de mestrado (ainda não houve conclusões de doutorado com esta temática até o final de 2023) gerou uma dissertação que traz, para além da consecução dos objetivos e de resposta ao problema central, um capítulo todo de apresentação das características da comunidade estudada, de modo a servir como instrumento legitimador de que àquela comunidade é tradicional.

Este capítulo ou seção da dissertação traz, de modo geral, uma boa apresentação da localidade geográfica, uma descrição histórica detalhada sobre a formação da comunidade, contando com datas e relatos. Traz ainda características da cultura e do *modus vivendi*, bem como a checagem destes itens com requisitos geralmente postos nas legislações e estado da arte teórico como legitimadores de povos tradicionais.

Destaca-se que um importante produto deste recorte de trabalho do PGAD foram as parcerias com instituições e comunidades. Neste sentido, houve a aproximação concreta da FCE/Tupã com povos tradicionais de modo geral e, em especial, das comunidades indígenas de Vanuíre, Icatu e Araribá, assim como das comunidades tradicionais quilombola de Lajeado, geraizeira da Matinha, ribeirinha do Senhor do Bonfim, da comunidade leta de Varpa dentre outras. Não obstante, em boa medida, a aproximação

foi possibilitada pela edificação de uma parceria fundamental dos pesquisadores com o Museu Histórico e Pedagógico Índia Vanuïre (Tupã/SP), que sempre manteve forte interesse pelo êxito dos trabalhos.

Ainda no campo das comunicações científicas, são produzidos artigos e capítulos de livros com recortes parciais do trabalho, resultando em documentos científicos mais objetivos com respostas mais práticas às questões orientadoras da pesquisa ou mesmo aos desafios postos pelas comunidades.

Com o alargamento da quantidade de trabalhos e o aprofundamento teórico próprio deste movimento, algumas parcerias foram sendo estruturadas para a composição de comitês de orientação e de bancas, para o diálogo acerca dos métodos, para o melhor entendimento de fluxos específicos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Pessoas (CEPP) e FUNAI, dentre outras demandas. Nesta seara, trabalhos conduzidos pelos grupos de pesquisa GEDGS e PGEA, dentre outros, por docentes do PGAD/UNESP Tupã foram estruturando o entendimento de que haviam muitos pesquisadores, docentes, estudantes e grupos isolados em suas faculdades que se dedicavam a esta temática.

Desta necessidade, o grupo de pesquisa GEDGS planejou e criou a Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais - RedeCT, que foi oficialmente apresentada ao público em 22/05/2018, na Universidade Federal do Cariri, em Juazeiro do Norte – Ceará (CE), por ocasião do X Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social – ENAPEGS.

A RedeCT, contando hoje com mais de 150 associados do Brasil e de outros países, tem como objetivo promover a cooperação entre pesquisadores, professores, estudantes e grupos acadêmicos acerca de pesquisa, ensino e extensão sobre povos tradicionais. Como resultados concretos, a Rede criou e mantém, para além de articulações possibilitadas por redes sociais e grupos, uma série de livros pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Editora Fi, com 11 volumes publicados e 125 capítulos para acesso gratuito. Criou e mantém o Webinário Permanente da

RedeCT, em que recebe pesquisadores, extensionistas e autores para dialogar e divulgar seus trabalhos.

Em 2020, a RedeCT (2018) criou, mantendo edições anuais, o Congresso Científico Internacional – CCI, que já contabiliza mais de 3.000 participações, além da publicação dos documentos Anais de cada congresso. Destaca-se que o CCI de 2020 foi realizado a partir da UNESP Tupá; em 2021 a partir de Palmas/TO (UFT e Universidade Federal do Norte de Tocantins – UFNT); em 2022 a partir da Faculdade Indígena Intercultural da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) em Barra do Bugres/Mato Grosso – MT. Em novembro de 2023 será realizado a partir da Universidade da Amazônia (UNAMA) (Belém/Pará – PA) e em 2024 na Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design – FAAC/UNESP Bauru.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de um campo de estudos, pesquisa e extensão, dentro de uma determinada linha de um programa de pós-graduação, não é algo que se realiza sem o esforço continuado das pessoas envolvidas. O bom embate teórico, que reflete fenômenos práticos da sociedade, encorajam ao aprofundamento epistemológico e causal acerca da temática e, fortalece os trabalhos colaborativos dos grupos de pesquisa mais críticos.

Os desenvolvimentos das pesquisas interdisciplinares acima descritas geraram interlocução direta da complexa temática circunscrita com a UNESP, abrindo um novo campo dentro do programa. Os corajosos estudantes (e seus orientadores) que acreditaram nesta seara de pesquisa, especialmente vinculada à Linha 2 do PGAD, produzindo conhecimento a serviço dos povos tradicionais, ficam aqui lembrados de modo historiográfico.

Os desafios postos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS encontram, neste repertório de pesquisas apresentados neste capítulo, valiosos subsídios para os devidos aprofundamentos temáticos, sendo

que as versões completas das dissertações se encontram disponíveis no repositório da universidade, com acesso livre e gratuito.

Ao encontro de tantas demandas da sociedade de modo geral e dos povos tradicionais em específico, no PGAD (UNESP/Tupã) a demarcação do território para a produção de conhecimento específico sobre a história, cultura, cosmovisão, direitos e políticas públicas de indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, povos de terreiro, ribeirinhos amazônicos, dentre outras, está consolidada.

REFERÊNCIAS

BOAS, Franz. *Antropologia cultural*. Trad. Celso Castro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: UDRY, Consolacion; EIDT, Jane. Simoni. *Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal*. Brasília, DF: Embrapa, 2015. p. 21-102.

BRASIL. *Decreto n. 6040*, 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BRASIL. *Lei nº6001*, 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: 14 set. 2023.

BROWN, Dee. *Enterrem meu coração na curva do rio: dramática história dos índios norte-americanos*. Porto Alegre: L&PM, 2003.

CAMPOS, Alexandre Castro. *Análise dos impactos sociais da transição de modelos produtivos agrícolas em comunidades tradicionais: estudo de caso da comunidade de geraizeiros da Matinha (Guaí/TO)*. 2019. 90 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2019. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181084/campos_ac_me_tupa.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). *Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (2019-2022)*. CIMI, 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-violencia-povos-indigenas-2022-cimi.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *CIMI*. Rio Branco: CIMI, 2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/>. Acesso em: 12 ago. 2024.

DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: la contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. 1998. 214 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidad Internacional de Andalucía, Espanha, 1998.

EMMERICH, Charlotte; LEITE, Yonne. A ortografia dos nomes tribais no mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Nacional Pró-Memória, [1987]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1987.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.

FERNANDES, Florestan. *Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1972.

FREITAS, Jefferson Belarmino de.; PORTELA, Poema; FERES JÚNIOR, João; FLOR, Juliana. Ações afirmativas para indígenas nas universidades públicas brasileiras. *Nexo Políticas Públicas*, (GEMAA), Managua, v. 28, n. 3, p. e2830407, abr. 2022.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). *Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas*. Brasília: FUNAI, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas>. Acesso em: 13 set. 2023.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Coordenação geral de gestão ambiental. (org.). *Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: orientações para elaboração*. Brasília, DF: FUNAI, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas*. Rio de Janeiro: Agência de Notícias IBGE, [2012]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14262-asi-censo-2010-populacao-indigena-e-de-8969-mil-tem-305-etnias-e-fala-274-idomas>. Acesso em: 15 set. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022. Panorama*. 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>. Acesso em: 13 set. 2023.

- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- LIMA, Ariane Taísa de. *Política pública indigenista brasileira: análise das transformações a partir do estudo de caso da aldeia Vanuíre (Arco-Íris/SP)*. 2019. 176 f. Dissertação (Mestrado Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/181462/lima_at_me_tupa.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCHETTI, Cristiane Teixeira Bazílio. *Políticas públicas de educação para povos indígenas no Brasil: transformações conceituacionais e legais*. 2021. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/216119/marchetti_ctb_me_tup%c3%a3.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.
- MARTINS, Valquiria Cristina. *Saberes e práticas socioambientais na Terra Indígena Vanuíre: compreensão do etnoconhecimento dos Grupos Kaingang e Krenak*. 2021. 141 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204467/martins_vc_me_tupa.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.
- MELO, Valdemir Garcia Neto. *Do global ao tradicional: o uso da água para o consumo humano em uma comunidade tradicional amazônica*. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/191778/melo_vgn_me_tupa.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.
- NEVES, Eduardo Góes Neves. *Arqueologia da Amazônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. *Geraizeiros adentro e afora: identidade e territorialidade entre geraizeiros do norte de Minas Gerais*. 2009. 233 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- OLIVEIRA, Isaltina Santos da Costa. *Estudos sobre a origem e a atual paisagem social e geográfica dos Povos Indígenas da Amazônia Tocantinense*. 2023. 128 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. ONU, 2007. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 14 set. 2023.

PECHULA, Laís Carvalho. *Conflitos em territórios indígenas: uma análise a partir das transformações dos direitos territoriais dos povos indígenas*. 2022. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/244170/pechula_lc_me_tupa.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.

PEREIRA, Karen Cristina Andrade. *A influência do ambiente alimentar nos hábitos alimentares: contribuição de análise aos povos indígenas no Brasil*. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2021. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/204511/pereira_kca_me_tupa_int.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.

PINHO, Diva Benevides. *O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Saraiva, 2003.

REDECT. *Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e extensão universitária*. Boa Vista: EdUFRR; Porto Alegre: Editora Fi, 2018. Disponível em: www.editorafi.org/povos. Acesso em: 10 set. 2023.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Global, 2015.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1979.

SANTOS, Claudécir. dos; CRISTOFOLI, Maria Silvia. Da Aldeia à Academia, da Academia à Aldeia: os desafios da Universidade frente às demandas dos Povos Originários. *Odeere*, Vitória da Conquista, v. 7, n. 3, p. 25-44, 2022.

SEM, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, Fernando da Cruz. *Quebradeiras de coco babaçu: bem-estar humano na região do Bico do Papagaio, Tocantins*. 2023. 162 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2023. Disponível em: https://www.google.com/url?q=https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/244373/souza_fc_me_tupa.pdf?sequence%3D5%26isAllowed%3Dy&sa=D&source=docs&ust=1694668171868536&usg=AOv-Vaw0iQkIMJAUfdnMe7mhKWnvL. Acesso em: 14 set. 2023.

TAVARES, Cláudio Antônio. *Cooperativismo como modelo organizacional e instrumento de geração de renda para as comunidades tradicionais*. 2020. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista, Tupã, 2020. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/202162/tavares_ca_me_tupa.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2023.

UNESP. Faculdade de Ciências e Engenharia. *Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD*. Disponível em: <https://www.tupa.unesp.br/#/pgad>. Acesso em: 15 set. 2023.

UNESP. Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design. Bauru, FAAC. *Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social*. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/#/departamentos/comunicacao-social/grupos-de-pesquisa/gedgs/apresentacao/>. Acesso em: 15 set. 2023.

UNESP. Faculdade de Ciências e Engenharia. *Grupo de Pesquisa em Gestão e Educação Ambiental*. Tupã, FCE. Disponível em: <https://www.tupa.unesp.br/#/pesquisa/gestao-e-educacao-ambiental/>. Acesso em: 10 set. 2023.

VIEIRA, Marcelo Garcia. *Os direitos fundamentais das comunidades tradicionais: crítica ao etnocentrismo ambiental brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

WORD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *Guidelines for drinking-water quality: fourth edition incorporating the first addendum*. 4. ed. Switzerland: WHO, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2mPqYdB>. Acesso em: 14 set. 2023.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. Significado e efeitos da publicação do mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú para a antropologia brasileira. In: IPHAN. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/ Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_1987.pdf. Acesso em: 16 set. 2023.